



CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE PIRACICABA, DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (FOP-UNICAMP), PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE RELATIVO AO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – TIPO III (CEO – TIPO III)

Pelo presente instrumento, em que são partes, de um lado, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA**, inscrita no CNPJ nº 46.341.038/0001-29, com sede à Rua Antonio Corrêa Barbosa, nº 2.233, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, por sua Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 5.067.036-0 e do CPF nº 991.245.488-04, residente e domiciliado nesta cidade e Estado, doravante, denominada, simplesmente, **CONVENIENTE** e de outro lado, a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**, através da **FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE PIRACICABA**, instituição de caráter público, inscrita no CNPJ sob nº 46.068.425/0001-33, com sede à Avenida Limeira, nº 901, na cidade de Piracicaba, no Estado de São Paulo, neste ato, representada pelo Magnífico Reitor – Professor Doutor **JOSÉ TADEU JORGE**, brasileiro, doravante denominado **CONVENIADO**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes, a Constituição Estadual, em especial os seus artigos 218 e seguintes, as Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, a Lei nº 8.666/83 e suas alterações, bem como as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e considerando a Lei Municipal nº 4.594, de 17 de dezembro de 1998, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONVÊNIO de prestação de serviços de assistência à saúde do Centro de Especialidades Odontológicas – Tipo – III (CEO TIPO III)**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a execução, pelo **CONVENIENTE**, de serviços odontológicos a serem prestados no Centro de Especialidades Odontológicas – Tipo – III (CEO TIPO III) a qualquer indivíduo que deles necessite, observada a sistemática de referência e contra-referência do Sistema Único de Saúde-SUS, sem prejuízo da observância do sistema regulador de urgências/emergências quando for o caso e pelo **CONVENIADO** a cessão da infraestrutura necessária para a realização dos serviços.

§ 1º - Os serviços a serem prestados pelo **CONVENIENTE** obedecerão aos limites quantitativos constantes na Ficha de Programação Orçamentária – FPO, que integra o presente para todos os fins, respeitados os parâmetros já definidos.

§ 2º - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional, conforme Plano de Saúde do município e serão ofertados com base nas





indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

§ 3º - Os serviços ora contratados compreendem a utilização, pelos usuários do SUS/SP, da capacidade instalada do **CONVENIADO**, incluídos os equipamentos odontológicos, de modo que a utilização desses equipamentos para atender outros serviços de interesse da Faculdade de Odontologia de Piracicaba será permitida desde que mantida a disponibilidade de sua utilização em favor da clientela universalizada em, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos serviços prestados.

§ 4º - Mediante Termo Aditivo e de acordo com a capacidade operacional do **CONVENIADO** e as necessidades do **CONVENIENTE**, os **CONVENIENTES** deverão reavaliar a capacidade instalada, após o que poderão fazer os acréscimos necessários aos valores deste contrato, em função das necessidades do **CONVENIENTE** e desde que esses acréscimos respeitem o conceito de "rede de serviços", não constituindo privilégios ou preferências sem motivação técnica, durante o período de sua vigência; incluídas as prorrogações, mediante justificativa aprovada pelo Secretário Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA** no antigo prédio da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, com sede na Rua D. Pedro II, 627, centro da cidade de Piracicaba/SP, por 7 (sete) cirurgiões-dentistas da Prefeitura devidamente registrados no Conselho Regional e com o apoio, quando solicitado, de alunos graduandos do último ano do curso de odontologia sob a supervisão de docentes e de pós-graduandos da FOP-UNICAMP.

Parágrafo único - A eventual mudança de estabelecimento do **CONVENIADO** será imediatamente comunicada à **CONVENIENTE**, que analisará a conveniência de manter os serviços ora **CONVENIADOS** em outro endereço, podendo a **CONVENIENTE** rever as condições deste convênio e até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente. A mudança do responsável técnico também será comunicada à **CONVENIENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Os serviços ora conveniados serão prestados diretamente por profissionais do **CONVENIENTE** e por profissionais que, não estando incluídos nas categorias referidas nos itens a e b do § 1º desta cláusula, são admitidos nas dependências do estabelecimento do convênio.

§ 1º - Para os efeitos deste convênio, consideram-se profissionais do **CONVENIENTE**:

- a- Cirurgiões-dentistas e outros profissionais que tenham vínculo de emprego com o **CONVENIENTE**;





Prefeitura do Município de Piracicaba
Secretaria Municipal de Saúde
Estado de São Paulo - Brasil

Fls. Nº 61
Proc. Nº 06P-05258-2014
Rubr. Juliana

b- o profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente, presta serviços ao **CONVENIENTE** ou, se por este autorizado;

§ 2º - Para os efeitos deste convênio, consideram-se profissionais do **CONVENIADO**:

- a – o membro de seu corpo docente;
- b – o profissional que tenha vínculo de emprego com o **CONVENIADO**;
- c – o profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente, presta serviços ao **CONVENIADO** ou, se por este autorizado;
- d – o profissional que, não estando incluído nas categorias referidas nas letras a, b e c, é admitido pelo **CONVENIADO** nas suas instalações para prestar serviço;
- e – alunos dos cursos de graduação, pós-graduação, extensão e estagiários.

§ 3º - O **CONVENIENTE** e o **CONVENIADO** não poderão cobrar do paciente ou seu acompanhante qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste convênio.

§ 4º - O **CONVENIENTE** e o **CONVENIADO** responsabilizar-se-ão por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Convênio.

§ 5º - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercido pelo **CONVENIENTE** sobre a execução do projeto deste convênio, os **CONVENIADOS** reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei nº 8.080/90 e a Lei Orgânica do Município de Piracicaba, ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificação dirigida ao **CONVENIADO**.

§ 6º - É de responsabilidade do **CONVENIENTE** a utilização de pessoal contratado para a execução de objeto deste convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculos empregatícios e, ainda, a prestação do serviço ora conveniado não implica vínculo empregatícios e nem de exclusividade de colaboração entre o **CONVENIENTE** e o **CONVENIADO**.

§ 7º - Todas as metodologias e inovações técnicas, privilegiáveis ou não, obtidos em virtude da execução deste Convênio, ou de seus Termos Aditivos, ainda que indiretamente, terão suas propriedades definidas nos Termos Aditivos a serem celebrados.

§ 8º - Os **CONVENIENTES** se comprometem a manter sigilo com relação às informações obtidas no desenvolvimento dos objetivos do presente Convênio ou de seus Termos Aditivos, sendo vedada, sem autorização por escrito dos mesmos, sua divulgação a terceiros dos conhecimentos técnicos específicos adquiridos e outros dados particulares a eles referentes.





§ 9º - Exclui-se do vedado nesta Cláusula a divulgação de conhecimentos a técnicos, que, embora atinentes ao objetivo deste Convênio ou de seus Termos Aditivos, sejam utilizados em cursos regulares de graduação, pós-graduação ou extensão do **CONVENIADO**.

§ 10º - As disposições de sigilo constantes desta Cláusula não se aplicam quando qualquer informação, no todo ou em parte, se enquadrar nos seguintes casos:

a – as partícipes, por escrito, anuírem o contrário;

b – for comprovadamente e de forma legítima do conhecimento dos **CONVENIENTES** em data anterior à assinatura do presente Convênio ou de seus Termos Aditivos;

c – que tenha caído em domínio público antes de sua divulgação, ou mesmo após, desde que não tenha qualquer culpa dos **CONVENIENTES**;

d – que tenha recebido legitimamente de um terceiro que lícitamente não estava obrigado a confidencialidade;

e – por determinação judicial e/ou governamental para conhecimento de informações, desde que notificada imediatamente a outra partícipe, previamente à liberação e sendo requerido segredo no seu trato judicial e/ou administrativo.

§ 11º - Os **CONVENIENTES** se comprometem a repassar aos seus servidores e empregados envolvidos no objetivo deste Convênio ou de seus Termos Aditivos as obrigações de sigilo aqui constantes.

§ 12º - O **CONVENIADO** fica exonerado da responsabilidade pelo não atendimento de paciente amparado pelo SUS, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento devido pelo Poder Público, ressalvada as situações de calamidade pública ou grave ameaça de ordem interna ou as situações de urgência e emergência.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

Para o cumprimento do objeto deste convênio o **CONVENIADO** se obriga a oferecer ao **CONVENIENTE** toda a infraestrutura necessária ao atendimento do paciente. Infraestrutura que compreende: O espaço físico (clínica odontológica e outros anexos), os equipamentos odontológicos em funcionamento, materiais de consumo necessários aos atendimentos e pessoal de apoio e manutenção predial.

§ 1º - **CONVENIENTE** se obriga a:

I - Disponibilizar 07 (sete) cirurgiões-dentistas com carga horária de 20 horas semanais;

II - Responsabilizar-se, juntamente com a UNICAMP-FOP, pela coordenação e execução do convênio.





III – Cumprir a metas estabelecidas pela Portaria nº 600, de 23/03/2006, - ANEXO, com relação a produção mínima mensal;

IV – Manter sempre atualizado o prontuário clínico dos pacientes e o arquivo, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, observando-se as execuções preventivas em lei;

V – Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

VI – Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

VII – Afixar aviso, em local visível, de sua condição de prestador de serviços integrantes do SUS, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

VIII – Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste convênio;

IX – Manter as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

§ 2º - O **CONVENENTE** fica obrigado a manter atualizado o prontuário e arquivo, pelo prazo estabelecido no item I do parágrafo anterior e fornecê-lo aos auditores, nos termos das Normas Técnicas de Auditoria adotada pelo Ministério da Saúde e do Código de Ética Odontológico.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

O **CONVENENTE** é o responsável pela indenização de danos causados ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso.

§ 1º - A fiscalização ou acompanhamento da execução deste convênio pelos órgãos competentes do **CONVENENTE**, através da Secretaria Municipal de Saúde, não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONVENIADO** nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos e demais legislação existente.

§ 2º - A responsabilidade de que se trata essa cláusula estende-se aos casos de danos causados por má prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.





CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

O **CONVENIADO** receberá, mensalmente, do órgão responsável pelos pagamentos, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, a importância de R\$ 15.400,00 para custeio e capital, referente aos serviços prestados pelo Centro de Especialidades Odontológicas – CEO / Tipo III, de acordo com os valores unitários de cada procedimento, previsto na Tabela do SUS.

§ 1º - Os valores estipulados nesta cláusula serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos à cobertura das despesas relativas à execução das atividades consignadas na Tabela do SUS, objeto do presente terão a seguinte classificação orçamentária:

14712-10.301.0010.2192.0000-0205030011-335039

§ 1º - O Ministério da Saúde / Fundo Nacional da Saúde é responsável pelo repasse ao Fundo Municipal de Saúde dos recursos do SUS referente à gestão plena do Município.

§ 2º - Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias, que forem aprovadas para os mesmos, no orçamento do Ministério da Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

A execução do presente Convênio será avaliada pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das CLÁUSULAS e condições estabelecidas neste convênio, a verificação do movimento dos atendimentos e de quaisquer outros dados necessários do controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

§ 2º - Anualmente, o **CONVENIENTE** vistoriará as instalações do **CONVENIADO** para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas do **CONVENIADO**, comprovadas por ocasião da assinatura deste convênio.





§ 3º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do **CONVENIADO** poderá ensejar a não prorrogação deste convênio ou a revisão das condições ora estipuladas.

§ 4º - O **CONVENIADO** facilitará ao **CONVENIENTE** o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do **CONVENIENTE** designados para tal fim.

§ 5º - Em qualquer hipótese, é assegurado ao **CONVENIADO** amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e o direito à interposição de recurso.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

A inobservância, pelo **CONVENIADO**, de CLÁUSULA ou obrigação constante deste contrato, ou dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o **CONVENIENTE**, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o disposto no §2º, do artigo 7º, da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.286/93, ou seja:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária dos serviços e/ou procedimentos;
- d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com Administração, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida desde que ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e depois de o prazo da sanção mencionada no item C desta consulta.

§ 1º - A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada a avaliação da situação e circunstâncias objetivas em que ela ocorreu e dela será notificado o **CONVENIADO**.

§ 2º - As sanções previstas nas letras A, C, D e E desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a letra B.

§ 3º - Da aplicação das penalidades o **CONVENIADO** terá o prazo de 05 (cinco) dias para interpor recursos dirigidos ao Secretário da Saúde.

§ 4º - A suspensão temporária dos serviços contratados será determinada até que o **CONVENIADO** corrija a omissão ou a irregularidade específica no prazo de 60 (sessenta) dias.





§ 5º - O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado ao **CONVENIADO** e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos pelo **CONVENIENTE** ao **CONVENIADO**, garantindo a esse pleno direito de defesa em processo regular.

§ 6º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula, não elidirá o direito de o **CONVENIENTE** exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e ética do autor do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MULTA

A inobservância, por parte do **CONVENIADO**, da cláusula ou obrigação constante deste convênio, ser-lhe-á aplicada, por ocorrência, a multa equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

A rescisão do convênio obedecerá às disposições dos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 1º - O **CONVENIADO** reconhece os direitos do **CONVENIENTE**, no que tange à rescisão administrativa prevista no § 1º, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 2º - Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 90 (noventa) dias para ocorrer a rescisão. Se, neste prazo, o **CONVENIADO** negligenciar a prestação ora conveniada, a multa poderá ser duplicada.

§ 3º - Poderá o **CONVENIADO** rescindir o presente convênio no caso de descumprimento, pelo Ministério da Saúde, ou pela Secretaria Municipal de Saúde, de suas obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos. Caberá ao **CONVENIADO** notificar o **CONVENIENTE**, formalizando a rescisão e, motivadamente, informar o fim da prestação dos serviços contratados no prazo de 90 (noventa) dias a partir do recebimento da notificação.

§ 4º - Em caso de rescisão do presente convênio por parte do **CONVENIENTE**, não caberá ao **CONVENIADO** o direito de qualquer indenização, salvo na hipótese do art. 79, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 5º - O presente convênio rescinde os contratos e convênios anteriormente celebrados entre o **CONVENIENTE**, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado da





Saúde e o **CONVENIADO**, que tenham como objeto a prestação de serviços de assistência à saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste convênio ou de sua rescisão, praticados pelo **CONVENIENTE**, cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 1º - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde de rescindir o presente convênio cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 2º - Sobre o pedido de reconsideração, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do presente convênio será de 60 (sessenta) meses, tendo por termo inicial da data de sua assinatura.

Parágrafo único – A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitado o prazo de vigência do convênio, estipulado no "caput" desta cláusula, fica condicionado à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento do Ministério da Saúde e repasse ao Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração do presente convênio será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente à licitação e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente convênio será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO





Prefeitura do Município de Piracicaba
Secretaria Municipal de Saúde
Estado de São Paulo - Brasil

Fls. N° 68
Proc. N° 06P-05258-2014
Rubr. Juliana

As partes elegem o Foro da Comarca de Piracicaba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente convênio que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justa e acertadas, firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Piracicaba, 01 de agosto de 2014.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

JOSÉ TADEU JORGE
Universidade Estadual de Campinas
Reitor

TESTEMUNHAS:

1

Nome:

R.G.

Raquel R. M. Gomes
Nº Funcional 14.239-3

2

Nome:

R.G.

Enoc dos Santos Junior
Escriturário
Nº Func. 20.685-7

